

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

N28 A natureza e o conceito do direito 3 [recurso eletrônico] /  
 5 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.  
 – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.  
 Modo de acesso: World Wide Web.  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-65-5706-360-6  
 DOI 10.22533/at.ed.6060201109

1. Direito – Filosofia. 2. Direito do trabalho.  
 I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.

CDD 340

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

**A NATUREZA E O CONCEITO DO DIREITO – VOL. III**, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, discute temáticas que circundam a grande área do Direito e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber e com situações sociais que exercem no sistema jurídico a necessidade de mudar, atualizar e assim se mostrar atualizado frente as demandas da comunidade.

Em cinco divisões estão debates que circundam direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos; direito e os hipossuficientes; universo criminal, violências e o sujeito feminino; meio ambiente, direito e a realidade agro; e direito e educação.

De início, direitos humanos, princípios constitucionais, direitos da personalidade e meios para resolução de conflitos nos traz análises interessantes como decisão da corte interamericana sobre realidade nacional, constitucionalismo brasileiro alicerçado em lições de fraternidade e solidariedade, discussões sobre a principiologia constitucional, resguardo da imagem mesmo de pessoas reconhecidas socialmente, bem como restauro da ordem social por meio de mecanismos de resolução de conflitos e mediação, práticas de um novo direito para uma nova sociedade que urge em busca de decisões rápidas e eficientes.

No direito e os hipossuficientes são verificadas contribuições que versam sobre direito migratório, regulação jurídica do trabalho migrante, direito a afetividade do menor, seja criança ou adolescente, PJe e o acesso, ou falta dele, para a pessoa idosa, além do ex-apanado e mercado de trabalho.

Em universo criminal, violências e o sujeito feminino são encontradas questões como política criminal da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, superlotação carcerária e ineficácia das alternativas até então apresentadas, discurso midiático, violência e feminicídio, opressão vivenciada pela mulher, perfil dos assassinatos e feminicídios no Ceará, bem como a justiça restaurativa como instrumento de resgate para mulheres que sofrem violência.

No debate meio ambiente, direito e a realidade agro é contemplada reflexão sobre direitos ambientais, responsabilização ambiental, agrobiodiversidade e preservação de sementes, como também o contrato de integração vertical agroindustrial.

Por fim, direito e educação aborda direito à educação, ensino jurídico, perspectiva waratiana, direito vivo e educação como elemento basilar para uma cultura de paz.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO TRABALHADORES FAZENDA BRASIL VERDE VS. BRASIL

*Kelly Cristina de Oliveira Melo*

**DOI 10.22533/at.ed.60602011091**

### **CAPÍTULO 2..... 15**

FRATERNIDADE E SOLIDARIEDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA AO HUMANISMO

*Ildete Regina Vale da Silva*

*Paulo de Tarso Brandão*

**DOI 10.22533/at.ed.60602011092**

### **CAPÍTULO 3..... 30**

A ESTABILIZAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA, REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE, FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

*Tamires Cristina Jacinto de Lima*

*Luiz Gustavo Simões Valença de Melo*

**DOI 10.22533/at.ed.60602011093**

### **CAPÍTULO 4..... 48**

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ALGORÍTMICA E DEVIDO PROCESSO LEGAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA GARANTIA DO DIREITO À EXPLICAÇÃO

*Lara Oliveira Souza*

**DOI 10.22533/at.ed.60602011094**

### **CAPÍTULO 5..... 58**

TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À IMAGEM DAS “PESSOAS PÚBLICAS”

*Patricia Simm*

**DOI 10.22533/at.ed.60602011095**

### **CAPÍTULO 6..... 73**

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E UTILIZAÇÃO DE MEIOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA A RESTAURAÇÃO DA HARMONIA SOCIAL

*Taís Eduarda Rostirolla*

*Tatiana Martins do Amaral*

*Daniele Weber S. Leal*

*Jones Mariel Kehl*

**DOI 10.22533/at.ed.60602011096**

### **CAPÍTULO 7..... 88**

UM ESTUDO ACERCA DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO E DA SUA APLICABILIDADE NA COMARCA DE TAQUARA/RS NO ANO DE 2018

*Éder Machado de Oliveira*

*Tatiana Martins do Amaral*

Daniele Weber S. Leal

Jones Mariel Kehl

**DOI 10.22533/at.ed.60602011097**

**CAPÍTULO 8..... 102**

**DIREITO MIGRATÓRIO: UMA ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DOS HAITIANOS EM CURITIBA**

Gianluca Nicochelli

Filipe Martins Macedo

**DOI 10.22533/at.ed.60602011098**

**CAPÍTULO 9..... 116**

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A (DES) REGULAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO MIGRANTE**

Thais Helena Alves Rossa

**DOI 10.22533/at.ed.60602011099**

**CAPÍTULO 10..... 127**

**DIREITO A AFETIVIDADE COMO REGULADOR DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INFLUENCIADOR SOCIAL**

Melyssa Mendonça Araújo

Renan Nogueira de Oliveira

Sávio de Oliveira Gonçalves

**DOI 10.22533/at.ed.606020110910**

**CAPÍTULO 11..... 135**

**PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E O (DES)ACESSO À JUSTIÇA DO IDOSO NO BRASIL**

Keite Crisóstomo Bezerra

Carolina Yukari Veludo Watanabe

**DOI 10.22533/at.ed.606020110911**

**CAPÍTULO 12..... 146**

**AS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS EX-APENADOS NA INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO**

Ana Luiza Gomes de Abreu

Cristiana Russo Lima da Silva

Diêgo Lima Maciel

**DOI 10.22533/at.ed.606020110912**

**CAPÍTULO 13..... 156**

**REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CRIMINAL DA TRANSMISSÃO DO HIV/Aids COM BASE NO DIREITO SISTÊMICO**

Monica Paraguassu Correia da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.606020110913**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>168</b>
A INEFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS COMO FORMA DE COMBATE À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA	
Matheus de Quadros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>178</b>
MÍDIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: O DISCURSO DA INSEGURANÇA E DO MEDO E SUAS CONSEQUENTES VIOLAÇÕES CONSTITUCIONAIS NAS NOTÍCIAS VEICULADAS POR PROGRAMAS POLICIAIS	
Gabriela Moreira d'Assumpção Torres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>193</b>
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA TELEVISIVA E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA PERSISTÊNCIA DO FEMINICÍDIO	
Carolina de Araújo Oliveira da Silva	
Pedro Amaral de Lima Spindola	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>202</b>
A OPRESSÃO E A DISCRIMINAÇÃO DO GÊNERO FEMININO	
Filipe Galatti Marchiori	
Priscila Silveira Duarte Pasqual	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DO PERFIL DE ASSASSINATOS E FEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ	
Laríssia Cândido Cardoso	
Teófilo Silva Primo Correia	
Delmair Oliveira Magalhães Luna Filha	
Pedro Yan Alexandre Barbosa Kennedy	
Grayce Alencar Albuquerque	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>224</b>
JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Bruna de Carvalho Fagundes de Lima	
Juliana de Sousa Barbosa	
Jones Mariel Kehl	
Tatiana Martins do Amaral	
Daniele Weber da Silva Leal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110919</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>237</b>
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS AMBIENTAIS E DIFUSOS E O AMBIENTE QUE VIVEMOS	
Armando Luciano Carvalho Agostini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110920</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>254</b>
A TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO: ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL	
Aprígio Teles Mascarenhas Neto	
Francisco Sávio Ponte	
Mario Antônio Macedo de Sousa	
Maria Celina Lemos Macedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110921</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>268</b>
AGROBIODIVERSIDADE E PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES: A IMPORTÂNCIA DA SOCIEDADE EM REDE NA EFETIVAÇÃO DESSE DIREITO	
Francieli lung Izolani	
Jerônimo Siqueira Tybusch	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110922</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>282</b>
O CONTRATO DE INTEGRAÇÃO VERTICAL AGROINDUSTRIAL NA LEI 13.288/16 E A INCOMPLETUDE CONTRATUAL NO SETOR DO AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DO MERCADO AGROEXPORTADOR DE CARNES	
David Kenji Itonaga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110923</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>302</b>
DO DIREITO DA EDUCAÇÃO AO DIREITO À EDUCAÇÃO	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110924</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>312</b>
O ENSINO JURÍDICO EM UMA PERSPECTIVA WARATIANA	
Aleteia Hummes Thaines	
Marcelino da Silva Meleu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110925</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>325</b>
O DIREITO VIVO DE EUGEN EHRlich E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Adriano Delfino Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110926</b>	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>339</b>
<b>EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ E A INTERDISCIPLINARIDADE NA NEG-MED-ARB</b>	
Edilamar Rodrigues de Jesus e Faria	
Luiza Rodrigues Costa	
Fernanda Rodrigues Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.606020110927</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>352</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>353</b>

## DIREITO A AFETIVIDADE COMO REGULADOR DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E INFLUENCIADOR SOCIAL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

### Melyssa Mendonça Araújo

Universidade Regional do Cariri/URCA  
Iguatu/CE  
<http://lattes.cnpq.br/4546275152214727>

### Renan Nogueira de Oliveira

Universidade Regional do Cariri/URCA  
Iguatu/CE  
<http://lattes.cnpq.br/3214612821548221>

### Sávio de Oliveira Gonçalves

Universidade Regional do Cariri/URCA  
Iguatu/CE  
<http://lattes.cnpq.br/7591949544996294>

**RESUMO:** O presente trabalho relata desde aspectos históricos e legislativos até circunstâncias cotidianas, passando por comparações regionais e estrangeiras quanto ao Ordenamento Jurídico Brasileiro e as diversas sociedades que compõe o cenário mundial, frente a novidade do Direito a Afetividade, pautado implicitamente no Estatuto da Criança e do Adolescente com desdobramentos no Direito Constitucional, Internacional, de Família e de Sucessões. Por meio de estudos bibliográficos e conversações sobre o tema foi possível realizar uma análise buscando demonstrar que a afetividade é parte integrante e formadora da personalidade da criança e do adolescente, compondo seu aprendizado, desenvolvimento e conceituação de valores.

### PALAVRAS-CHAVE:

Afetividade.  
Personalidade. Criança. Adolescente.  
Sociedade.

### THE RIGHT OF AFFECTIVITY AS SOCIAL INFLUENCER AND REGULATOR OF THE CHILDREN'S AND ADOLESCENT'S PERSONALITY

**ABSTRACT:** This present article, reports from historical and legal features to daily circumstances, going through the regional and foreign comparison in relation with the Brazilian Legal Order and the many societies the integrates the world community, facing the innovation of the Right to Affection, based implicitly in the Children's and Adolescent's Statute with development by the Constitutional Right, International, of Family and Succession. By bibliographic studying and reasoning about the theme, made it possible to realize a analysis, objectivating to demonstrate that affectivity it's a integrative and originator part of the children's and the adolescent's personality, composing it's learning, development and it's conception of values.

**KEYWORDS:** Afetivity. Personality. Children. Adolescent. Society.

## 1 | INTRODUÇÃO

A proteção das crianças e adolescentes vem se tornando causa de preocupação e o ordenamento jurídico deve se adaptar para assegurar direitos relacionados, principalmente, ao seu desenvolvimento, pois



é nítida a vulnerabilidade deles, seja essa vulnerabilidade física ou moral.

Ao longo dos anos, a imagem das crianças e dos adolescentes foi se transformando e evoluindo, e à medida que novos estudos eram realizados fomos deixando de enxergá-los como “pequenos adultos”, logo, os direitos básicos para lhes garantir dignidade eram necessários e indispensáveis, mas não eram e, continuam não sendo, suficientes.

Por conta disso, foi preciso que a comunidade internacional os reconhecesse como pessoas em desenvolvimento e assim sendo, detentoras de direitos que garantissem seu crescimento adequado, em todos os seus níveis. Portanto, as garantias, que auxiliam o crescimento exemplar das crianças e dos adolescentes, deixaram de ter o cunho estático e passaram a ser um direito inerente e necessário, sendo de grande valia.

## 2 | OBJETIVO

Analisar e discutir aspectos do direito a afetividade inerentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente e como isso influencia a sociedade.

## 3 | METODOLOGIA

O trabalho foi realizado, através do método dedutivo da abordagem da temática, partindo de uma análise mais abrangente para o caso mais específico. Tendo natureza de pesquisa básica, e natureza teórica, como forma de aumentar o conhecimento à respeito da temática e auxiliar o campo científico na área.

O procedimento técnico utilizado se caracteriza como bibliográfico, com pesquisas em livros, artigos, entre outros meios que possam agregar no embasamento teórico. A abordagem, é qualitativa, estudando dados concretos com base no objetivo do trabalho.

## 4 | HISTÓRICO

Vários direitos surgiram e foram consagrados para assegurar dignidade à criança e ao adolescente, classe vulnerável e hipossuficiente, em suas relações jurídicas e sociais. Dentre os direitos que surgiram, um está diretamente relacionado ao desenvolvimento desses indivíduos: o direito ao afeto.

Nas sociedades antigas, como Grécia e Roma, a criança e o adolescente eram considerados como meros objetos (res) pertencentes ao Estado ou a família, representado pela figura masculina (pátrio poder), sendo tidos como figuras incompletas e que somente com o passar do tempo é que sua imperfeição iria sendo perdida, ressalta-se que essa perda se dava unicamente por questões ético-religiosas (CORRAL, 2004).

No Brasil, apesar da sua formação histórico-social se dar em época distinta da mencionada acima, as crianças também não possuíam quase valor algum, sendo consideradas como um pouco superiores aos animais. Elas trabalhavam em atividades não

condizentes com sua faixa etária, realizando trabalhos penosos, insalubres e perigosos, algumas possuindo expectativa de vida baixíssima. Fica claro que não existia proteção aos direitos mais básicos das crianças e adolescentes, e o direito ao afeto sequer era mencionado nesse período. (RAMOS, 2010).

Aos poucos, a criança e o adolescente passam a ser vistos sobre uma nova ótica pela sociedade e pelos legisladores, deixando de serem meros sujeitos passivos das decisões de outrem e passando também a serem detentores de direitos e garantias fundamentais (MARTINS, 2004).

Até o início do Brasil República não existiam políticas públicas voltadas para eles, a assistência era prestada por entidades filantrópicas e religiosas, como era o caso da Santa Casa de Misericórdia que amparava crianças abandonadas. Depois surgiram diplomas legais relacionados a educação e ao trabalho, todavia, sem dar a cobertura essencialmente necessária ao desenvolvimento deles. À medida que o tempo passava, eram criados mais mecanismos visando assegurar-lhes direitos, como o Código de Menores, em 1927, que buscava protegê-los de situações de vulnerabilidade.

O direito ao afeto nem sempre foi reconhecido como um direito propriamente dito, sendo tratado durante muito tempo apenas como algo de cunho sentimental. Com a evolução do ordenamento jurídico, o afeto passou a ser considerado direito da personalidade e degrau de crescimento. (CABRAL, 2009)

Depois da conquista de tantos direitos, é possível dizer que atingiu-se a proteção à criança e ao adolescente no ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, onde assegurou direitos materiais, como o trabalho, saúde e alimentação, bem como direitos imateriais, como é o caso do Direito ao Afeto. (CABRAL, 2009)

Com o surgimento de uma nova ordem constitucional e com a evolução da legislação brasileira para a realização dos objetivos previstos nela, o direito ao afeto foi pautado com mais ênfase, o que possibilitou os meios para sua verdadeira efetivação.

## **5 | INFLUÊNCIAS EXTERNAS**

Apesar de ser pacífico o entendimento de que crianças e adolescentes, por suas características de vulnerabilidade, necessitam de um cuidado maior quanto aos seus direitos e princípios garantidores, sempre teremos aspectos que variam de uma sociedade para outra interferindo em como algo é recepcionado.

O processo de adequação legislativo e social refere-se a maneira pela qual um instrumento normativo diverso é aceito e reorganizado para integrar e gerar efeitos no campo nacional. Os direitos e garantias das crianças e dos adolescentes, assim como ocorrem com todos os outros temas legislados pelo ordenamento jurídico brasileiro, tem

completa relação com a maneira que outros países inserem seus temas relevantes em suas respectivas legislações. (TAVARES, 1987)

Isso porque, conforme os efeitos são vistos em outros ordenamentos e há uma acentuada modificação local, fazendo-se necessária a implementação de uma determinada política pública, as questões atinentes àqueles ordenamentos são introduzidas no nosso. Contudo, tendo em vista as diferenças entre os sistemas normativos, dúvidas surgem sobre os novos temas. A respeito da temática da criança e do adolescente, os nacionais podem questionar-se sobre quem são eles e quais medidas protetivas são essenciais ao seu crescimento digno ou, qual é o nosso papel em sua criação e o que realmente fazemos ou, ainda, se a violência, a ira e o furor não conseguiram resolver nossas questões, por qual motivo não agimos afetuosamente? (CABRAL, 2009)

Portanto, a seguir, será mostrado em formato de tabela, para uma melhor visualização, respectivamente, dados retirados do relatório do *Programme for International Student Assessment - PISA*, do ano de 2018, bem como o resumo estatístico de índices referentes a educação por regiões brasileiras, elaborado pelo MEC, em 2018 e o índice mundial de desenvolvimento humano de 2018, elaborado pela ONU. O objetivo primordial é buscar compreender como essas variáveis podem influenciar no modo pelo qual crianças e adolescentes vivem, ou sobrevivem.

<b>Matéria</b>	<b>Pontuação Média Mundial</b>	<b>Pontuação do Brasil</b>
Ciências	489	404
Leitura	487	413
Matemática	489	384

Tabela I – Relatório do PISA

Fonte: Programme for International Student Assessment, 2018.

<b>Região</b>	<b>Total</b>	<b>Ano Inicial</b>	<b>1° A</b>	<b>2° A</b>	<b>3° A</b>	<b>4° A</b>	<b>5° A</b>	<b>6° A</b>	<b>7° A</b>	<b>8° A</b>	<b>9° A</b>
Brasil	1,5	0,7	0,7	0,4	0,7	0,8	0,8	2,5	2,4	2,3	2,5
Norte	2,8	1,6	1,6	1,2	1,6	1,7	2,1	4,3	4,5	4,1	4,6
Nordeste	2,2	1,1	1,0	0,7	1,2	1,3	1,5	4,1	3,8	3,5	3,2
Sudeste	0,8	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	1,3	1,4	1,5	1,8
Sul	0,8	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	1,2	1,4	1,5	1,8
Centro-Oeste	0,8	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	1,2	1,4	1,5	1,8

Tabela II – Taxa (%) de abandono escolar por ano letivo por região brasileira, em 2018.

Fonte: Sinopse Estatística – MEC/Inep/Deed.2018.

Posição	País	Índice
1°	Noruega	0,953%
2°	Suíça	0,944%
3°	Austrália	0,939%
79°	Brasil	0,759%
188°	Rep. Cent. Africana	0,367%
189°	Níger	0,354%

Tabela III – Índice Mundial de Desenvolvimento Humano em 2018.

Fonte: Organização das Nações Unidas, 2018.

Ao se analisar as tabelas I e III, que exibem dados sobre a educação brasileira e o IDH mundial é possível encontrar informações que nos mostram como o Brasil está, nos dias atuais, quando comparado a países desenvolvidos e a outros em desenvolvimento. As posições ocupadas pelo Brasil, respectivamente, nas áreas de educação (I) e IDH (III), bem como a análise histórica de inserção do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Direito a Afetividade nos mostram o quão importante é tal direito para os jovens que vivem em um país tão favorecido, mas ainda em estágio de desenvolvimento com enorme déficit.

A evasão escolar de alunos do 9° ano do ensino fundamental chegou a quase 5% do total de alunos na região Norte em 2018 (tabela II), esse índice é alarmante e merece ainda mais destaque quando se é observado que não é um número isolado. As regiões brasileiras possuem uma permanência nessas taxas e segundo dados do Ministério da Educação esse número cresce bastante quando se trata da evasão escolar no Ensino Médio. O questionamento que reverbera é: onde estão os responsáveis por essas crianças?

Incentivo e afeto dos pais ou responsáveis fariam com que a aprendizagem fosse mais acessível, embora as condições sejam completamente inapropriadas e desgastantes. Com o apoio dos seus responsáveis e sentindo que são amados e valorizados, os alunos teriam prazer em aprender e os pais grande retorno em ajudar. (CABRAL, 2009)

É possível ainda analisar diversos outros quesitos, tais como geografia, escolaridade de pais e profissionais, renda e investimentos estatais. Todos eles e, outros tantos, continuariam com o mesmo raciocínio que o já iniciado.

## 6 I A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA E A IMPORTÂNCIA DO AFETO

O desenvolvimento humano começa do nascimento e segue até sua fase adulta, isso é de conhecimento geral, vez que, desde os primeiros anos de vida as crianças são estimuladas a realizar as ações cotidianas e básicas, que se repetirão ao longo dos anos. Observe então, que logo nos primeiros anos, a criança aprende a andar e a falar, isso não ocorre simplesmente por fatos da natureza, como ocorreria com animais na selva, mas isso acontece por que existe o estímulo das pessoas ao redor do bebê.

O desenvolvimento da criança e do adolescente possui 6 fases, cada uma delas se distinguindo uma das outras e apresentando características únicas à respeito da forma como os menores aprendem. Portanto, pode-se confirmar que somente com o fim da adolescência é que finalmente se firma a personalidade e intelecto, afinal, a próxima fase seria a adulta, não impedindo que novos saberes sejam adquiridos, porém a psique já estará formada. (PIAGET, 1999)

Durante a primeira infância, entre os 2 e 7 anos, as crianças desenvolvem a linguagem e aprendem como uma esponja, isso é, os movimentos e sons emitidos pelos adultos ou até mesmo crianças mais velhas são copiadas durante a infância e continuam a ser reproduzidas como suas próprias ações. O fato de que a criança copie as ações dos adultos, está relacionado a forma como ela enxerga alguém superior, como os pais, que são maiores e mais fortes, logo, para espelhar isso, os movimentos e palavras dos adultos são copiados.

Dessa forma, a afetividade se demonstra essencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Durante a primeira infância, o afeto surge de forma simples, como resposta às necessidades delas, dessa maneira, se a resposta é positiva, a pessoa a qual a criança se apegar terá mais vontade em retribuir os pedidos e espelhar as ações das pessoas por quem têm afeto. (PIAGET, 1999)

Contudo, é na segunda infância que realmente a vontade do pequeno se torna mais forte, pois, durante a primeira infância a vontade é decorrente do simples fato de se querer fazer, mas entre os 7 aos 12 anos de idade, a criança desenvolve sua moral com base na afetividade e conhecimento das regras passadas pelos mais velhos, respeitando a hierarquia, então:

Quando um dever é momentaneamente mais fraco que um desejo definido, ela restabelece os valores segundo sua hierarquia anterior e postula sua conservação ulterior, fazendo, assim, primar a tendência de menor força, reforçando-a. (PIAGET, 1999, p. 57)

Entre outras razões, é possível notar a importância da afetividade para as crianças e adolescentes como forma de garantir plenamente seu bom desenvolvimento educacional, moral, emocional, intelectual e espiritual, para que se possa chegar a fase adulta da forma adequada. O que enfatiza a necessidade desse direito reservado aos menores.

## **7 | DIREITO AO AFETO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS DIAS ATUAIS**

O direito ao afeto, relacionado à criança e ao adolescente, como já demonstrado, está diretamente relacionado ao seu desenvolvimento, podendo causar danos na formação psicossocial, caso não seja assegurado. Na rotina contemporânea, compreendida como

aquela inserida a partir do século XIX, sobra cada vez menos tempo para cuidar dos aspectos inerentes a formação de crianças e adolescentes por parte de suas famílias, sem falar das modernas constituições de família que temos na atualidade, sendo marcadas por diversas espécies de união. (TAVARES, 1987)

Diante disso, a Constituição Federal de 1988 preocupou-se em resguardar os direitos da criança e do adolescente também no que diz respeito ao afeto. E, em seus artigos 226 e 227, trouxe disposições específicas para proteção de crianças, adolescentes e jovens. Para regulamentar tal matéria, foi editada a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que por sua vez, em vários dispositivos, consagrou a importância do afeto nas relações envolvendo crianças e adolescentes, por si, entre si e entre seus pais, servindo como premissa para resguardo dos direitos a eles garantido.

Por isso, a jurisprudência atual também está posicionada no sentido de conceder proteção aos menores, consagrando o direito ao afeto como uma verdadeira garantia constitucional. Nesse sentido, já decidiu o STJ em seu REsp: 1663137 MG 2017/0068293-7. Sendo direito fundamental que abrange a criança e ao adolescente.

De forma clara, a legislação, doutrina e jurisprudência atuais, acolhem o direito ao afeto, como alicerce indispensável para uma total proteção da criança e do adolescente, assegurando, assim, a construção desses indivíduos como pessoas com sua dignidade humana assegurada, havendo ênfase em sua condição de vulnerabilidade e estado de personalidade em desenvolvimento.

## **8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da preocupação que surge com o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, significativas mudanças ocorrem e são introduzidas ao Ordenamento Jurídico vigente. Após 30 anos da introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente ao nosso Ordenamento, e, com o auxílio de vários outros instrumentos legais, ainda nos deparamos com a realidade cruel que centenas de jovens enfrentam. Isso, contudo, não diminui a força do Estatuto, mas demonstra que precisamos atuar mais.

O Direito a Afetividade e suas consequências agem de maneira significativamente importante em todo o contexto do país e do mundo, buscar avançar em sua difusão deve ser o foco inicial. Entregar, por meio de instrumentos jurídicos, condições dignas à criança e ao adolescente não deveria ser visto como algo terceirizado. Viver em condições dignas, cercados por amor afeto e proteção ensina muito mais do que se pode imaginar.

Os dados atuais ainda são insuficientes para se poder dizer que o mundo dispõe de mecanismos eficientes de proteção e dignidade feitos para crianças e adolescentes, mas se for mantido o empenho a cumprir aquilo que é de responsabilidade coletiva: acarretará uma melhora na educação, redução dos níveis de violência, desigualdade e pobreza e por consequência, posicionará a sociedade cada vez mais perto da paz social. Isso não é

ficção, é preciso planejamento e atuação para, a partir da afetividade, atingir tais objetivos e garantir uma vida digna a todos, inclusive, aos nossos jovens.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de out. de 1988, Brasília, DF, out. 1988.

CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat. **Afetividade como fundamento na parentalidade responsável**. 2009. Disponível em: <<http://www.pgj.ce.gov.br/orgaos/orgaosauxiliares/cao/caocc/dirFamila/artigos/01.afetividade.como.fundamento.na.parentalidade.responsavel.pdf>>. Acessado em: 30 de maio de 2020.

CORRAL, Alaez Benito. **Minoría de edad y derechos fundamentales**. Madrid: Tecnos, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Ministério da Educação. Brasil.). **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acessado em: 04 de junho de 2020

MARTINS, Rosa Cândido. **Poder paternal VS autonomia da criança e do adolescente? Lex familiae**. Revista Portuguesa de direito da família. Portugal, a. 1, n.1, p. 1-8, 2004.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In PRIORE, Mary Del (org.). História das crianças no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.19-54.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **RECURSO ESPECIAL: REsp 1663137 MG 2017/0068293-7**. Relator: Ministra Nancy Andrighi. DJ 15/08/2017. **JusBrasil**, 2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/491774985/recurso-especial-resp-1663137-mg-2017-0068293-7>>. Acesso em: 14 out. 2018.

TAVARES, Ana Lucia de Lyra. **A utilização do direito comparado pelo legislador**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/download/60146/58463>>. Acessado em: 01 de junho de 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 309

Agrobiodiversidade 268, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Agronegócio 13, 271, 272, 273, 274, 275, 282, 283, 284, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 301

### C

Conceito 16, 17, 22, 23, 32, 33, 37, 40, 92, 95, 104, 105, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 147, 174, 181, 205, 212, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 256, 273, 274, 284, 291, 295, 330, 332, 339

Constituição 2, 3, 4, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 42, 46, 49, 60, 62, 63, 68, 70, 72, 76, 90, 99, 102, 103, 104, 112, 120, 123, 129, 133, 134, 136, 137, 142, 143, 150, 152, 173, 180, 181, 182, 190, 191, 192, 203, 210, 211, 213, 225, 238, 243, 244, 246, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 273, 280, 283, 285, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 341, 343

Corte interamericana 1, 2, 5, 13

Criança 20, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 158, 163, 189, 209, 210, 211, 309

Cultura de paz 86, 101, 235, 339, 340, 341, 345, 350

### D

Direito 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 205, 206, 210, 224, 227, 229, 230, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 276, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352

Direito à imagem 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 72

Direito ambiental 239, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 266, 267, 273, 280

Direito migratório 102

Direitos humanos 1, 2, 4, 5, 13, 83, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 123, 142, 144, 145, 153, 157, 165, 166, 167, 169, 180, 192, 198, 212, 217, 222, 225, 303, 304,



307, 308, 310, 324, 341, 352

Direito vivo 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338

## **E**

Educação 83, 111, 112, 125, 129, 130, 131, 133, 134, 139, 145, 150, 151, 153, 156, 159, 160, 163, 198, 201, 204, 212, 233, 240, 241, 247, 249, 252, 253, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 314, 315, 319, 322, 339, 340, 341, 343, 352

Empoderamento 83, 143, 224, 226, 230, 231, 232, 235, 278, 339, 341, 343

Ensino jurídico 100, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323

Eugen Ehrlich 325, 326, 328, 336, 338

Ex-apenados 146, 147, 150, 154

## **F**

Feminicídio 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 229, 235, 236

## **H**

Humanismo 15, 16, 20, 21, 23, 27, 28, 156, 157, 158, 160, 161, 166

## **I**

Idoso 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 309

## **J**

Justiça restaurativa 73, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 160, 162, 163, 164, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 343

## **M**

Mediação 34, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 290, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351

Meio ambiente 160, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 272, 273, 274, 277, 280, 281, 308, 352

Mídia 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 252, 272, 278, 280

## **N**

Natureza 4, 17, 20, 21, 34, 42, 43, 48, 65, 66, 68, 76, 80, 85, 105, 106, 107, 128, 131, 159, 182, 218, 219, 231, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 248, 250, 256, 257, 258, 260, 266, 270, 273, 274, 281, 288, 289, 294, 295, 299, 309, 333, 335, 343

## O

Opressão 202, 203, 212, 309

## P

Perspectiva Waratiana 312

Pessoas públicas 58, 62, 63, 65, 66, 69

Política criminal 156, 157, 158, 160, 163, 165, 173, 174, 177

Princípios constitucionais 30, 32, 39, 42, 45, 99, 113, 186, 190, 333, 348

Processo Judicial Eletrônico 135, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144

Programas policiais 178, 179, 186

## R

Responsabilização ambiental 254, 255

## S

Superlotação carcerária 168

## T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 32, 45, 49, 58, 64, 65, 70, 80, 81, 86, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 136, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 163, 168, 170, 178, 181, 193, 197, 202, 203, 204, 205, 211, 212, 213, 214, 217, 222, 224, 233, 243, 255, 256, 270, 287, 297, 305, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 315, 317

## V

Violência 73, 75, 82, 83, 84, 85, 130, 133, 159, 160, 171, 175, 179, 182, 183, 187, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 309, 340, 341, 346

Violência doméstica 73, 75, 83, 84, 85, 196, 197, 199, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)




# A Natureza e o Conceito do Direito 3

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2020

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

# A Natureza e o Conceito do Direito 3

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**